



Assembleia Municipal de Almada

**Exm.º Sr. PRESIDENTE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA**

Requerimento: ao abrigo das disposições legais e regimentais, vem desta forma, o Deputado Municipal do CDS-Partido Popular, António Pedro Maco, apresentar Requerimento à Câmara Municipal de Almada

Assunto: Plano Municipal de ajuda e recuperação da actividade económica local

Considerando que para além dos danos, muitos deles irreversíveis, causados pelo surto de coronavírus na saúde das pessoas, a pandemia que teve como consequência com o intuito de proteger vidas, o confinamento colectivo da sociedade através do decretado estado de emergência em Portugal, a mesma arrastou consigo toda uma economia consideravelmente estável e em caminho de recuperação, com contornos extremamente negativos ainda por apurar no seu concreto.

Considerando ainda que com a grande maioria das pessoas onde se incluem os almadenses confinados nas suas casas num período de quase dois meses, levou a um decréscimo muito acentuado de consumo por parte das famílias onde se destaca a actividade comercial nomeadamente o micro e pequeno comércio, como exemplo os cabeleireiros, os restaurantes e similares e as lojas de rua entre outros tantos, a situação em concreto dos micro e pequenos empresários agudizou-se em larga escala, em resultado da falta de clientes derivado ao encerramento desses estabelecimentos.

Com rendas para saldar, com pagamentos a fornecedores e demais despesas fixas decorrentes de compromissos assumidos com taxas e impostos, os empresários encontram-se no momento, numa situação muito complicada, muitos deles em grandes dificuldades para manter os seus negócios em funcionamento quer outros que vendo a sua facturação diminuir drasticamente e sem uma segurança de recuperação a um prazo razoável, não conseguem oferecer garantias de manutenção dos postos de trabalho, razão pela qual, também em Almada, se pode esperar um

crescimento acentuado de desemprego caso não exista um verdadeiro plano que possa reverter com urgência a situação das micro e pequenas empresas no concelho.

Como é do conhecimento público o Estado providenciou algumas medidas que visam proteger os postos de trabalho e evitar as falências de muitas empresas, em concreto os micros, pequenos e médios empresários, como também é do conhecimento que a autarquia de Almada, onde se inclui também os serviços municipalizados de água e saneamento (SMAS) tomaram algumas medidas para minimizar os impactos negativos junto da actividade comercial.

Apesar dessas medidas positivas, entende quem vive da actividade comercial que se pode ir um pouco mais além para que a economia local em Almada possa recuperar no menor espaço de tempo dos danos colaterais negativos como é o caso das falências e dos despedimentos.

Assim, o CDS-PP Almada, reconhece o esforço que a autarquia está a fazer no concelho para que nomeadamente nas questões que se prendem com o acesso a condições dignas de sobrevivência por parte dos mais vulneráveis para colmatar diversas carências urgentes, onde se identifica o acesso a refeições e o acesso a medicamentos tal como aos locais de abrigos temporários ou ainda a linha de apoio psicológico, através da implementação e com o reforço do programa de emergência social ajudando primeiramente as famílias e os almadenses em situação de emergência.

É, com certeza, também do reconhecimento de todos o esforço em paralelo que a autarquia está a fazer junto das colectividades e do associativismo em geral e da cultura para também nessa área, os impactos negativos decorrentes do confinamento e da impossibilidade de actividade não sejam avaliados de futuro por alto.

Posto isto, entende-se que ao nível económico e da actividade comercial local, a autarquia possa também efectuar um acréscimo e um reforço de medidas para ajudar o sector minimizando o potencial desemprego e fecho de portas de muitas micro e pequenas empresas das ruas de Almada, quer por culpa dos prejuízos causados pela falta de actividade devido ao encerramento compulsivo dos seus estabelecimentos, medida extremamente necessária para a protecção da saúde pública, quer causados pela diminuição mais que esperada do poder de compra dos portugueses.

Em alturas de pandemia e de resultados potencialmente drásticos para a economia local, é importante e urgente que se possa efectuar com exactidão numa primeira linha um balanço do impacto do covid19 na actividade económica e comercial do concelho e em caso de verdadeira necessidade, apreciar atenciosamente todas as soluções e opções orçamentais de forma a ocorrer com prioridade às necessidades mais prementes optimizando e adequando escolhas a novas e urgentes necessidades. .

Em conclusão, considerando que, a par do Estado, as autarquias têm o dever de zelar pelo bem-estar da comunidade, ainda por mais numa altura em que se definem e atribuem novas responsabilidades e novas competências ao poder local com o objectivo de melhorar a gestão da vida local fruto de uma maior proximidade e de um maior conhecimento da realidade

municipal, e face aos demais considerandos atrás expostos, o CDS-PP, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, no que concerne aos direitos e deveres dos eleitos, vem por este meio, questionar através de Requerimento a Câmara Municipal de Almada nos seguintes termos:

1 - Tem a Câmara Municipal de Almada além das medidas já implementadas no decorrer do estado de emergência, delineado em paralelo algum plano municipal de apoio à actividade económica nomeadamente aos micro, pequenos e mesmo médios empresários do concelho, com o objectivo de evitar a asfixia do sector e o incremento do desemprego em resultado de potenciais falências ou diminuição da produtividade e dos rendimentos no sector empresarial e comercial do concelho? Em caso afirmativo, qual a estratégia a seguir? Quem terá apoios? Quais os requisitos? Qual o montante destinado a esse plano?

O Deputado Municipal do CDS-PP
António Pedro Maco

Almada, 11 de Maio de 2020